

18 de fevereiro de 2026
 ESTATÍSTICAS DO EMPREGO ANUAIS
 2025

14,3% DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA EM DEPENDÊNCIA ECONÓMICA E 11,4% EM DEPENDÊNCIA ORGANIZACIONAL

Do total de 773,0 mil trabalhadores por conta própria em 2025, 14,3% (110,9 mil; menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) do que em 2024) tiveram um cliente que representou 75% ou mais do rendimento da sua atividade (após deduzidos os impostos), um indicador de dependência económica. Daquele total de trabalhadores, 11,4% (87,9 mil; mesma proporção de 2024) indicaram que são os clientes quem estabelece o seu horário de trabalho, um indicador de dependência organizacional. Conjugando os dois tipos de dependência, identificaram-se 1,9% (14,8 mil; menos 0,8 p.p.) de trabalhadores por conta própria simultaneamente em dependência económica e organizacional.

Do total de 8 035,2 mil pessoas dos 16 aos 74 anos, 11,9% (957,1 mil; mais 0,2 p.p. do que em 2024) indicaram ter frequentado educação formal e 30,7% (2 465,7 mil; mais 2,0 p.p.) um curso de educação não-formal nos últimos 12 meses. Conjugando estes dois tipos de educação, observou-se que 37,4% (3 006,4 mil; mais 1,9 p.p.) das pessoas daquele grupo etário participaram em pelo menos um tipo de atividades de educação e formação nos últimos 12 meses.

Do total de 5 275,3 mil pessoas empregadas, 51,1% (2 696,0 mil; mais 0,4 p.p. do que em 2024) avaliaram o seu estado geral de saúde como bom. Ainda assim, 0,7% (38,6 mil; menos 0,1 p.p.) consideraram estar severamente limitadas por problemas de saúde que as impediam, há pelo menos 6 meses, de realizar atividades ou tarefas consideradas habituais para a generalidade das pessoas.

No âmbito da Estratégia Portugal 2030, o indicador relativo à proporção da população desempregada dos 25 aos 64 anos a frequentar atividades de educação ou formação nas últimas quatro semanas situou-se em 19,5%, a 0,5 p.p. do objetivo mínimo de 20% definido para 2025.

1. INTRODUÇÃO

Em 2021, iniciou-se uma nova série do Inquérito ao Emprego (IE) que introduziu algumas alterações nesta operação estatística, das quais se destacam, para efeitos do presente Destaque, a introdução, redefinição e eliminação de variáveis, assim como a identificação de um conjunto de variáveis de carácter estrutural, isto é, que são estáveis ao longo dos trimestres, permitindo, aos países que assim escolhessem, a sua recolha com uma

periodicidade diferente de trimestral e por meio de uma estratégia de subamostragem (também conhecida pela designação inglesa *wave approach*).¹

Entre o 1.º trimestre de 2021 e o 4.º trimestre de 2023, o INE recolheu estas variáveis estruturais, de periodicidade anual e bienal, com recurso à estratégia supramencionada, tendo iniciado, no 1.º trimestre de 2024, a sua recolha trimestral.² Não obstante, devido ao modo como os ponderadores (fatores de extrapolação) das pessoas da subamostra *wave approach* são calculados — de modo a garantir a coerência com as estimativas das médias anuais da amostra integral ao nível de um conjunto de variáveis selecionadas —, é possível proceder à comparação direta entre as estimativas recolhidas por meio da estratégia de subamostragem (de 2021 a 2023) e as recolhidas trimestralmente na globalidade da amostra trimestral (de 2024 em diante).³

No presente Destaque, são analisadas algumas destas variáveis estruturais, cuja leitura anual é suficiente, e adicionou-se o acompanhamento da evolução dos indicadores sobre educação, calculados com informação do Inquérito ao Emprego, e com metas estabelecidas no âmbito da Estratégia Portugal 2030.⁴

2. TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA ECONOMICAMENTE DEPENDENTES

No Inquérito ao Emprego é recolhida informação sobre o impacto dos clientes na atividade dos trabalhadores por conta própria, nomeadamente a existência de clientes que, sozinhos, representem uma percentagem elevada dos rendimentos do trabalhador e que tenham a possibilidade de definirem o horário de trabalho deste.

Do total de 773,0 mil trabalhadores por conta própria em 2025, 69,5% (537,4 mil) tinham 10 ou mais clientes e nenhum deles foi considerado dominante, ou seja, nenhum representou, individualmente, 75% ou mais do rendimento da atividade (após dedução dos impostos) do trabalhador. Aquela proporção é superior em 0,6 pontos percentuais (p.p.) à observada em 2024.

Adicionalmente, 8,0% (61,6 mil) dos trabalhadores por conta própria indicaram ter tido, nos últimos 12 meses, apenas um cliente (o que representa uma diminuição de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior), 4,5% (34,9 mil; proporção idêntica à de 2024) tiveram entre 2 e 9 clientes, um dos quais dominante, e 1,9% (14,4 mil; menos 0,3 p.p.) tiveram 10 ou mais clientes, também um dos quais dominante. Dito de outro modo, 14,3% (110,9 mil) dos trabalhadores por conta própria tiveram um cliente dominante em 2025, o que corresponde a um decréscimo de 0,7 p.p. em relação a 2024.

¹ Para uma análise mais detalhada das novidades introduzidas pela nova série do Inquérito ao Emprego, consulte a nota anexa ao Destaque “Estatísticas do Emprego – 1.º trimestre de 2021” disponível em <http://www.ine.pt/xurl/dest/472918526>.

² Para mais informações sobre as razões que conduziram a esta alteração, consulte o Destaque “Estatísticas do Emprego Anuais – 2024” disponível em <http://www.ine.pt/xurl/dest/695023356>.

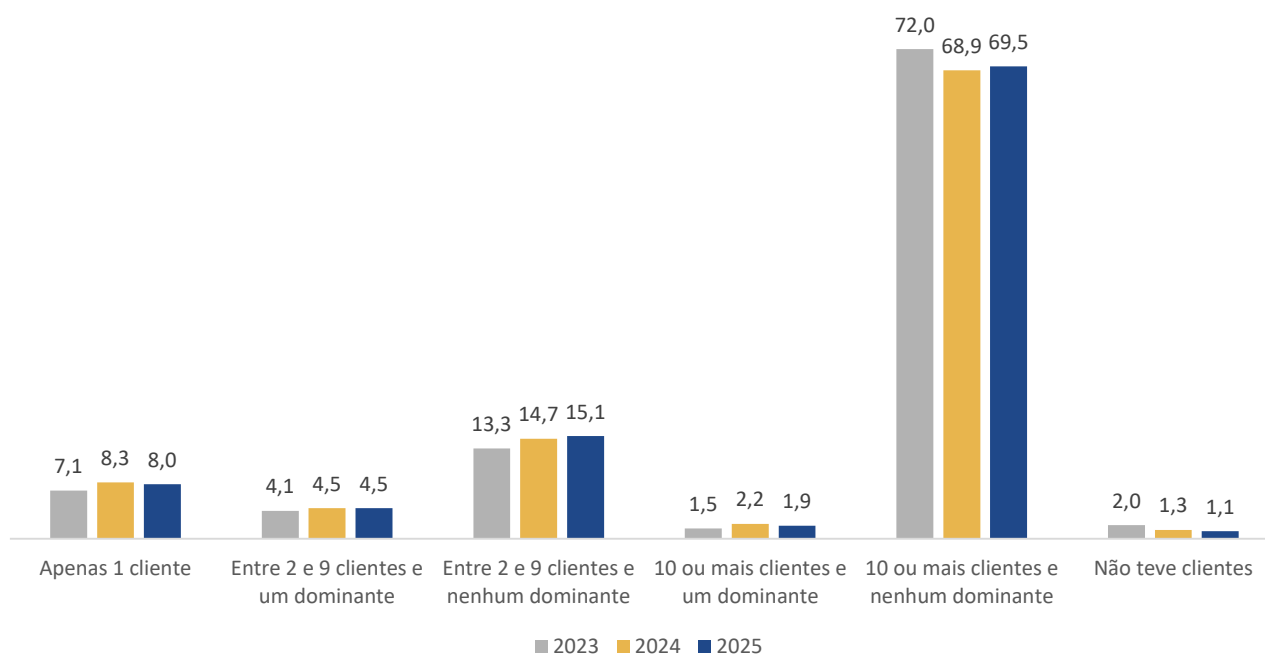
³ Não obstante, de modo a garantir gráficos simples e legíveis, as Figuras apresentadas referem-se aos últimos três anos.

⁴ A disponibilização de outras variáveis estruturais é possível sob pedido e mediante análise da fiabilidade das estimativas obtidas.

DIIISTAQUE

 INFORMAÇÃO À
 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Figura 1

 POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA PRÓPRIA SEGUNDO O NÚMERO E IMPORTÂNCIA DOS CLIENTES
 NOS ÚLTIMOS 12 MESES (%)


Quando um trabalhador por conta própria tem um só cliente ou, tendo dois ou mais clientes, um é dominante, considera-se que há “dependência económica”. Em 2025, esta foi mais frequente entre os homens (15,1%) do que entre as mulheres (13,1%), entre os jovens dos 16 aos 34 anos (20,7%), os indivíduos que completaram o ensino superior (18,6%) e os que trabalham no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (47,3%).

Outra das medidas que permitem a análise do impacto dos clientes na atividade dos trabalhadores por conta própria prende-se com a determinação do horário de trabalho diário.

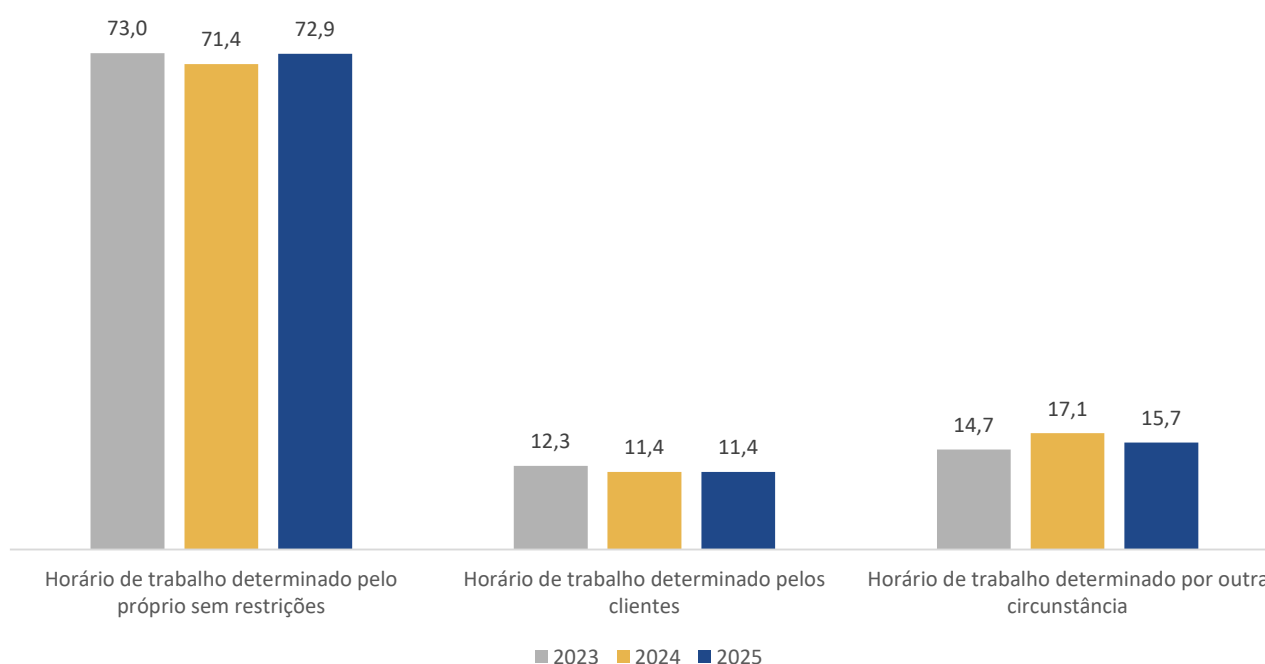
Em 2025, do total de 773,0 mil trabalhadores por conta própria, 72,9% (563,4 mil) consideraram que determinam o seu horário de trabalho sem restrições, uma proporção superior à observada em 2024 (mais 1,5 p.p.), enquanto 15,7% (121,6 mil; menos 1,4 p.p.) reportaram que o seu horário é determinado por outra circunstância que não os seus clientes (por exemplo, disposições legais) e 11,4% (87,9 mil; mesma proporção do que em 2024) indicaram que são os clientes quem estabelece o seu horário de trabalho.

Quando são os clientes a determinar o horário de trabalho, considera-se que se está perante “dependência organizacional”. À semelhança da dependência económica, em 2025, a organizacional foi mais comum entre os

jovens dos 16 aos 34 anos (17,1%). Porém, foi mais elevada entre as mulheres (12,5%) do que entre os homens (10,7%), entre aqueles com ensino secundário ou pós-secundário (13,3%) e no sector dos serviços (12,7%).

Figura 2

POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA PRÓPRIA SEGUNDO QUEM DETERMINA O HORÁRIO DE TRABALHO DIÁRIO (%)



As duas medidas analisadas, dependência económica (um só cliente ou existência de um cliente dominante) e organizacional (clientes que determinam o horário de trabalho), concorrem para o cálculo do indicador de “trabalho por conta própria economicamente dependente”, que considera o número de trabalhadores por conta própria economicamente dependentes de um só cliente ou de um cliente dominante, sendo esse cliente a determinar o horário de trabalho diário.⁵

Em 2025, este indicador abrangiu 14,8 mil pessoas, o que correspondeu a 0,3% da população empregada total e a 1,9% dos trabalhadores por conta própria. Comparando com o ano anterior, este indicador manteve-se praticamente inalterado, abrangendo uma proporção inferior de trabalhadores por conta própria (foi de 2,1% em 2024). O seu peso na população empregada não se alterou.

⁵ O Eurostat, nas suas divulgações, restringe este indicador aos trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço. Considerando este grupo populacional, em 2025, o indicador “trabalho por conta própria economicamente dependente” correspondeu a 13,5 mil pessoas, representando 0,3% da população empregada total, 1,7% dos trabalhadores por conta própria e 2,6% dos trabalhadores por conta própria isolados, isto é, sem pessoal ao serviço.

Quadro 1

POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA PRÓPRIA SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA E ORGANIZACIONAL

	2025					
	Total	Dependência organizacional	Independência organizacional	Total	Dependência organizacional	Independência organizacional
	Milhares de pessoas			%		
Total	773,0	87,9	685,0	100,0	11,4	88,6
Dependência económica	110,9	14,8	96,0	14,3	1,9	12,4
Independência económica	662,1	73,1	589,0	85,7	9,5	76,2

3. FREQUÊNCIA DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO POR PARTE DE ADULTOS

Das variáveis anteriormente recolhidas em anos pares⁶ consta um conjunto de questões sobre a participação em atividades de educação e formação nos últimos 12 meses (cf. IEFA⁷), em complemento às questões trimestrais relativas ao último mês de referência. Estas questões são fundamentais para o cálculo de indicadores de monitorização de políticas públicas nesta área.

Assim, a população dos 16 aos 74 anos de idade foi inquirida sobre a frequência, nos últimos 12 meses, de atividades de educação formal (aquela que confere um nível de escolaridade) ou de educação não-formal (aquela que, apesar de institucionalizada, confere somente um certificado de frequência e não um nível de escolaridade; por exemplo, um curso de inglês num instituto de línguas).⁸

Em 2025, do total de 8 035,2 mil pessoas dos 16 aos 74 anos, 11,9% (957,1 mil; mais 0,2 p.p. do que em 2024) indicaram ter frequentado educação formal e 30,7% (2 465,7 mil; mais 2,0 p.p.) um curso de educação não-formal nos últimos 12 meses.

⁶ Razão pela qual apenas foram recolhidas, no âmbito da estratégia de subamostragem, em 2022.

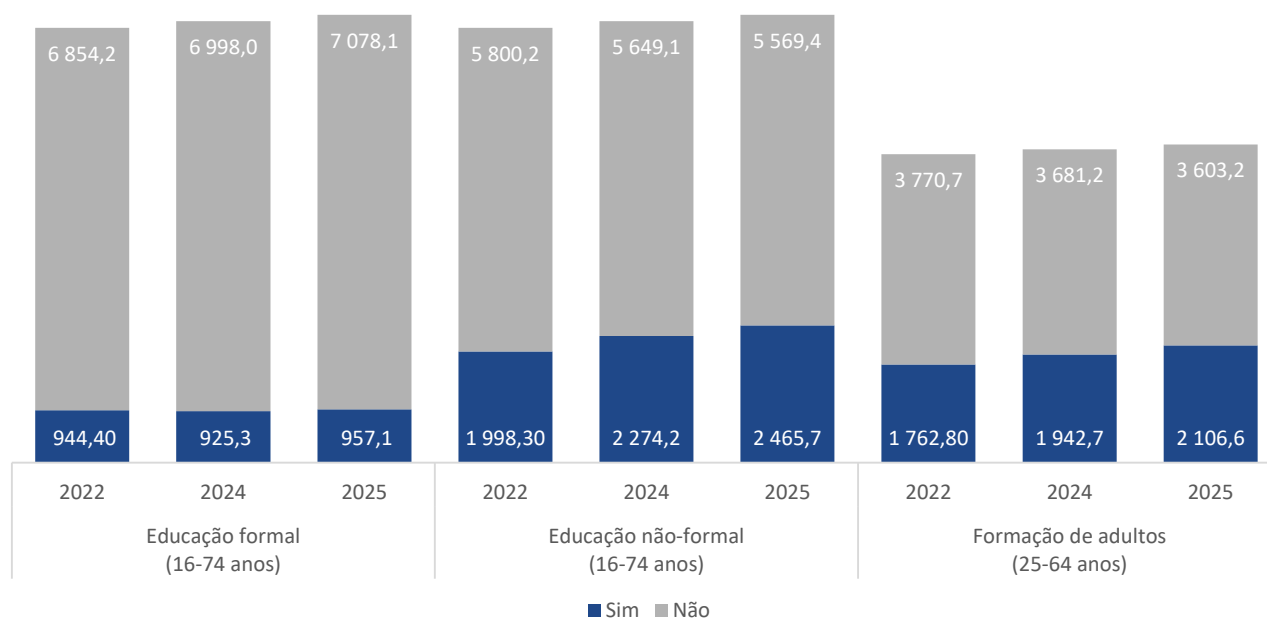
⁷ O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é um inquérito do Sistema Estatístico Europeu, realizado de seis em seis anos, cujo objetivo principal é a análise da participação da população adulta (dos 18 aos 69 anos) em atividades de educação, formação e aprendizagem. Os resultados da última edição deste inquérito (IEFA 2022) podem ser consultados nos Destaques divulgados em [17 de outubro de 2023](#) e em [22 de março de 2024](#).

⁸ A definição mais precisa dos conceitos de educação formal e de educação não-formal consta da Nota Técnica no final deste Destaque.

Figura 3

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Milhares de pessoas



A frequência de educação formal foi mais comum na região da Grande Lisboa (13,4%; 213,7 mil), de modo semelhante entre homens (11,8%; 458,1 mil) e mulheres (12,0%; 499,0 mil), no grupo etário dos 16 aos 24 anos (71,0%; 705,0 mil) e na população inativa (25,7%; 629,2 mil). Não obstante, 5,2% (270,5 mil) da população empregada indicou ter frequentado uma destas atividades. Desta, 91,4% (247,3 mil) eram trabalhadores por conta de outrem, 84,7% (229,1 mil) trabalhavam no sector dos serviços e 37,8% (102,3 mil) eram especialistas das atividades intelectuais e científicas.

A frequência de atividades de educação não-formal foi, igualmente, mais elevada na região da Grande Lisboa (36,2%; 575,1 mil), mas foi mais comum entre mulheres (31,7%; 1 313,1 mil) do que entre homens (29,6%; 1 152,6 mil). O grupo etário dos 35 aos 44 anos foi o que apresentou maior proporção de pessoas que frequentaram estes cursos (40,0%; 541,3 mil) e a participação neste tipo de atividades ocorreu mais frequentemente entre a população empregada (38,1%; 1 999,8 mil), ao contrário do observado na participação em atividades de educação formal. O perfil do conjunto de empregados que frequentaram atividades de educação não-formal nos últimos 12 meses foi semelhante ao dos que frequentaram educação formal: 89,2% (1 783,4 mil) eram trabalhadores por conta de outrem, 79,6% (1 592,8 mil) trabalhavam no sector dos serviços e 36,1% (721,1 mil) eram especialistas das atividades intelectuais e científicas.

A combinação das respostas sobre a frequência destes dois tipos de educação permite concluir que, em 2025, do total de 8 035,2 mil pessoas dos 16 aos 74 anos, 37,4% (3 006,4 mil; mais 1,9 p.p. do que em 2024) frequentaram

atividades de educação e formação nos últimos 12 meses, fossem elas de educação formal ou de educação não-formal. Restringindo ao grupo dos 25 aos 64 anos, é possível determinar o indicador “Formação de adultos” (*Adult learning*, na terminologia do Eurostat), que abrangeu 2 106,6 mil pessoas, 36,9% da população deste grupo etário (mais 5,0 p.p.).⁹

4. PERCEÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE E O SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO

Com o início da nova série do Inquérito ao Emprego, foi também introduzido um módulo sobre saúde, de periodicidade bienal (ano par)¹⁰ e composto por três perguntas, dirigidas à população dos 16 aos 89 anos, sobre a perceção do seu estado geral de saúde, a existência de limitações devidas a problemas de saúde e a duração das mesmas. Neste Destaque, analisam-se as respostas da população empregada.¹¹

Em 2025, do total de 5 275,3 mil pessoas empregadas, 51,1% (2 696,0 mil; mais 0,4 p.p. do que em 2024) avaliaram o seu estado geral de saúde como bom e 25,9% (1 363,9 mil; menos 1,0 p.p.) disseram ser razoável. Cerca de uma em cada cinco (19,1%; 1 006,7 mil; mais 0,5 p.p.) consideraram ter um estado de saúde muito bom, uma proporção muito superior à dos que consideraram ter um estado de saúde mau (2,7%; 142,3 mil) ou muito mau (0,6%; 29,2 mil), menos 0,4 p.p. e mais 0,1 p.p. do que em 2024.

Foi na Península de Setúbal que se observou a maior proporção de pessoas empregadas que avaliaram o seu estado geral de saúde como muito bom (23,2%) e na região da Grande Lisboa a das que indicaram ser bom (53,2%). Na Região Autónoma da Madeira, 34,6% da população empregada indicou ter um estado geral de saúde razoável.

Tanto homens (51,8%) como mulheres (50,4%) tenderam a classificar o seu estado geral de saúde como bom, ainda que a proporção de homens que classificaram o seu estado como muito bom (20,4%) tenha sido 2,7 p.p. superior à das mulheres (17,7%). Como esperado, a perceção de um estado de saúde muito bom diminui com o aumento da idade: 35,1% entre a população empregada dos 16 e aos 24 anos e 7,7% entre a dos 65 aos 89 anos.

Considerando a situação na profissão, tanto os trabalhadores por conta de outrem (51,8%) como por conta própria (47,5%) indicaram ter um bom estado de saúde, enquanto 41,8% dos trabalhadores familiares não remunerados avaliaram o seu estado geral de saúde como razoável. Numa análise por sectores de atividade, a classificação de “muito bom” foi superior entre os que trabalham no sector terciário (20,3%) do que entre os do

⁹ Este indicador é semelhante ao, mais conhecido, “Aprendizagem ao Longo da Vida” (*Lifelong Learning*). A diferença entre ambos respeita ao período de referência: a Formação de Adultos respeita aos últimos 12 meses, enquanto a Aprendizagem ao Longo da Vida foca-se nas últimas 4 semanas. Em 2025, a taxa de Aprendizagem ao Longo da Vida foi de 16,9%, mais 0,8 p.p. do que em 2024.

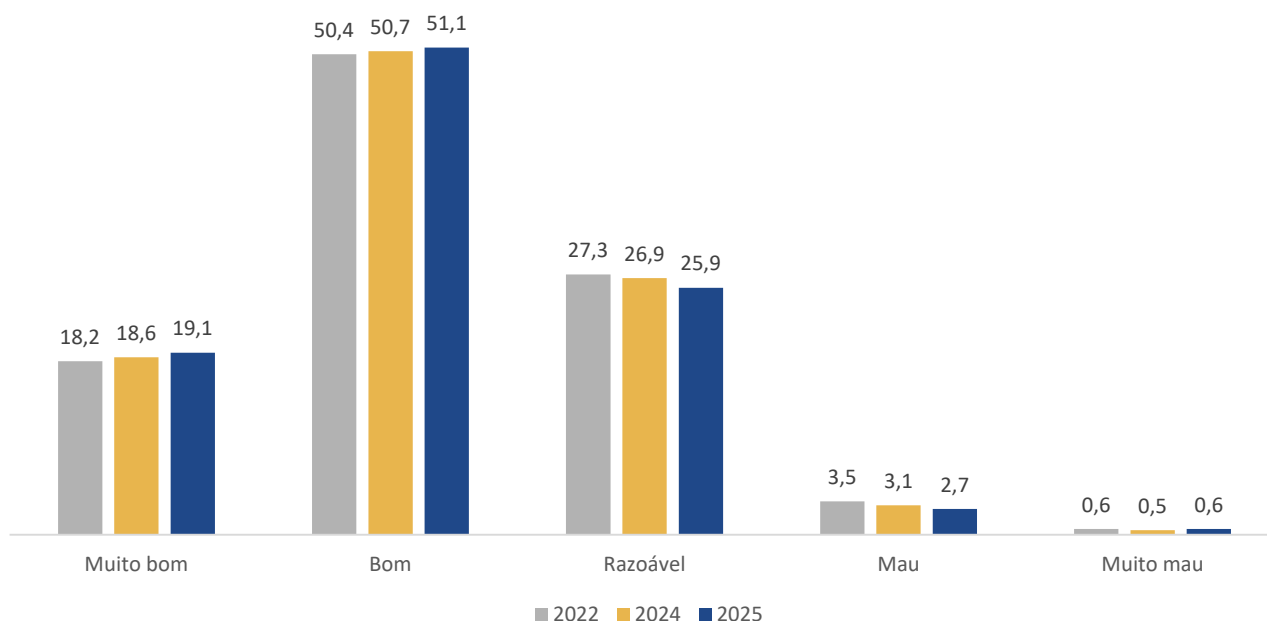
¹⁰ Razão pela qual apenas foram recolhidas, no âmbito da estratégia de subamostragem, em 2022. De 2024 em diante, este módulo passou a ser recolhido trimestralmente.

¹¹ As questões em causa são, igualmente, colocadas no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento ([ICOR](#)) que, pelas suas características, serve como operação de referência para a análise das perceções de saúde na população total.

sector secundário (16,1%) e primário (11,3%). Todos os grupos profissionais percecionam o seu estado geral de saúde como maioritariamente bom, com destaque para os “Técnicos e profissionais de nível intermédio” (55,9%).

Figura 4

POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO ESTADO GERAL DE SAÚDE (%)



As duas outras perguntas do módulo do Inquérito ao Emprego sobre saúde incidiram sobre a existência de limitações devidas a problemas de saúde que impediam o respondente, há pelo menos 6 meses, de realizar atividades ou tarefas consideradas habituais para a generalidade das pessoas. Em 2025, do total de 5 275,3 mil pessoas empregadas, 88,9% (4 689,9 mil; menos 0,6 p.p. do que em 2024) indicaram não ter qualquer limitação, enquanto 9,8% (515,6 mil; mais 0,3 p.p.) disseram estar limitadas, mas não severamente, e 0,7% (38,6 mil; menos 0,1 p.p.) consideraram estar severamente limitadas.

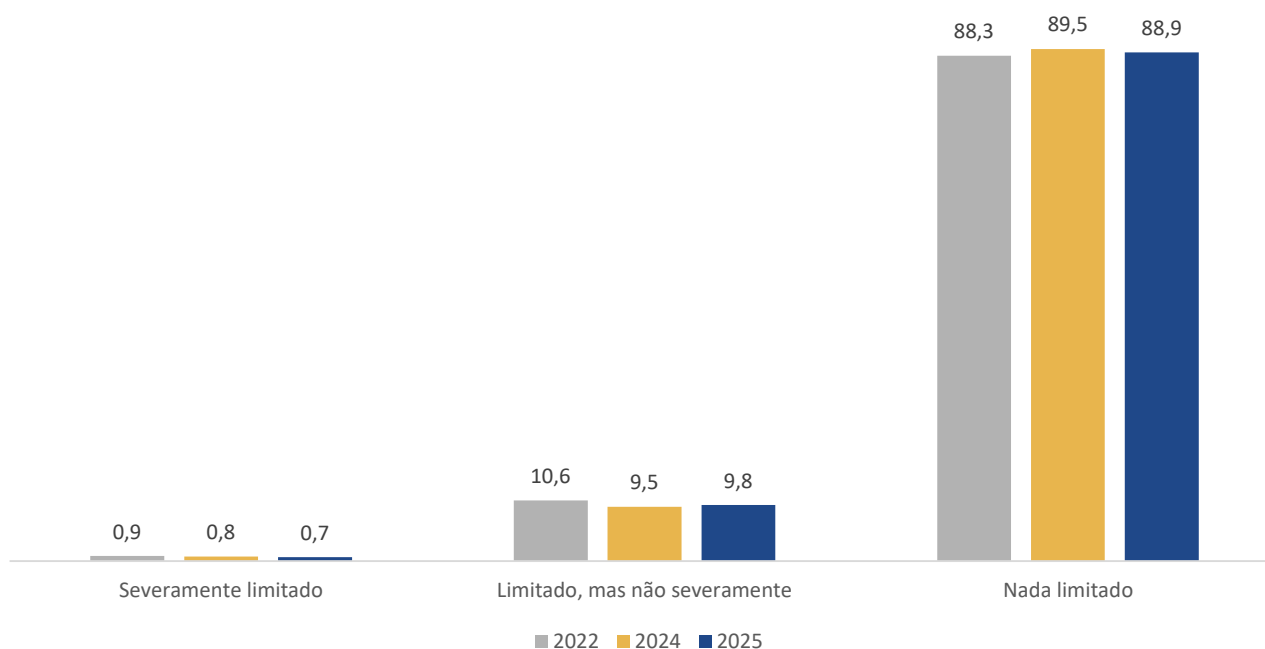
A proporção de pessoas empregadas que indicaram estar limitadas, ainda que não severamente, variou entre 8,1% na região da Grande Lisboa e 12,7% na Região Autónoma da Madeira. Foram mais os homens que referiram não estarem limitados do que as mulheres (90,3% e 87,5%, respetivamente) e, como expectável, a proporção da população empregada que refere estar severamente limitada ou com ilimitações, ainda que não severas, aumenta com a idade, sendo de 1,5% e 17,9%, respetivamente, no grupo etário dos 65 aos 89 anos.

Apenas 0,7% da população empregada por conta de outrem indicou estar severamente limitada, há pelo menos 6 meses, para realizar atividades ou tarefas consideradas habituais para a generalidade das pessoas, havendo

mais trabalhadores familiares não remunerados a indicar ter alguma limitação, ainda que não severa (20,3%). Por sector de atividade, observa-se que é no sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (16,6%) que mais pessoas empregadas indicam ter limitações, ainda que não severas, o que se reflete igualmente na análise por profissão (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta: 19,2%).

Figura 5

POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO LIMITAÇÕES DEVIDAS A PROBLEMAS DE SAÚDE HÁ PELO MENOS 6 MESES (%)



5. ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

Para o decénio que termina em 2030, foi criada a Estratégia Portugal 2030¹², cuja programação foi feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos.

Neste âmbito, foram definidos os seguintes objetivos para três indicadores sobre educação, medidos com informação obtida a partir do Inquérito ao Emprego:

- Aumentar a proporção da população dos 20 aos 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário para, no mínimo, 90% (meta definida para 2030).

¹² Para mais informações consulte: https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2021/11/RCM98_2020.pdf.

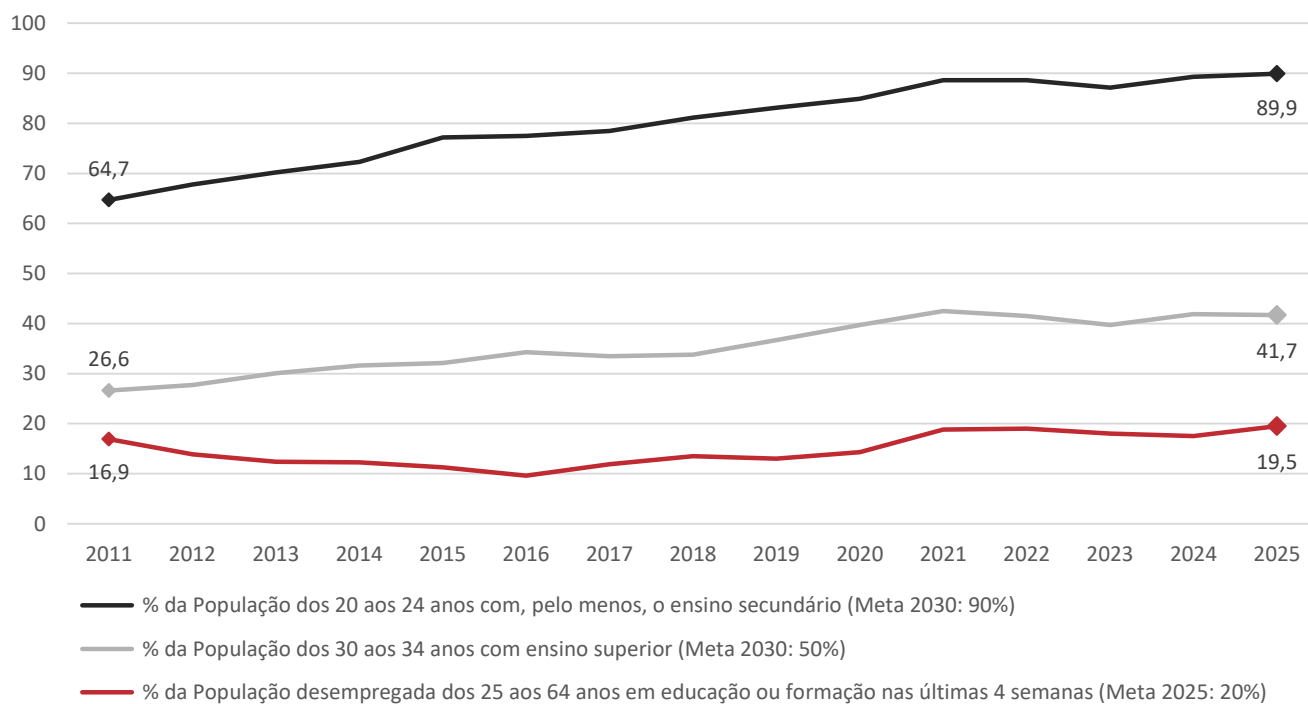
- Aumentar a taxa de escolaridade do ensino superior (correspondente à proporção da população dos 30 aos 34 anos com ensino superior) para, pelo menos, 50% (meta definida para 2030).
- Aumentar para, pelo menos, 20% a proporção da população desempregada dos 25 aos 64 anos a frequentar atividades de educação ou formação nas últimas quatro semanas (meta definida para 2025).

Este último indicador ficou a 0,5 p.p. da meta estabelecida para 2025, situando-se em 19,5%. Em 2020, a proporção da população desempregada dos 25 aos 64 anos a frequentar atividades de educação ou formação nas últimas quatro semanas era de 14,3%, a 5,7 p.p. do objetivo mínimo de 20%, o que configura um progresso substancial nos últimos cinco anos.

Dos outros dois indicadores, em 2025, aquele que ficou mais próximo da meta que lhe foi atribuída foi a proporção da população dos 20 aos 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário (89,9%), que se encontrava a 0,1 p.p. do objetivo mínimo de 90%.

Figura 6

ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 – INDICADORES SOBRE EDUCAÇÃO





NOTA TÉCNICA

O Inquérito ao Emprego tem por principal objetivo a classificação da população considerando a sua participação no mercado de trabalho. É um inquérito trimestral, por amostragem, dirigido a residentes em alojamentos familiares no território nacional.

As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de segunda a domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se, normalmente, na semana imediatamente a seguir à semana de referência.

A informação é obtida por recolha direta, mediante entrevista assistida por computador, segundo um modo misto: a primeira entrevista ao alojamento é feita presencialmente e as cinco inquirições seguintes, se cumpridos determinados requisitos, são feitas por telefone. Note-se, porém, que na sequência da pandemia COVID-19 e das medidas decretadas pelas autoridades competentes, o INE decidiu, entre a primeira quinzena de março de 2020 e o fim da recolha do 2.º trimestre de 2022, suspender o modo de recolha presencial, substituindo-o, exclusivamente, pelo modo de entrevista telefónica. Após análise do impacto desta suspensão, o INE decidiu incorporar, no processo de calibragem dos ponderadores individuais das amostras do 2.º trimestre de 2020 ao 3.º trimestre de 2023, a variável “nível de escolaridade completo” em complemento à informação habitualmente usada (estimativas mensais da população residente por sexo, grupo etário e região).¹³

Os ponderadores do Inquérito ao Emprego foram calibrados tendo por referência as estimativas mensais da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2021.

Em conjunto com este Destaque, são publicados ficheiros Excel com os indicadores analisados e informação adicional.

Por razões de arredondamento, os totais dos quadros e diagramas podem não corresponder à soma das parcelas.

Para informações mais detalhadas sugere-se a consulta do [documento metodológico do Inquérito ao Emprego](#), disponível em <https://smi.ine.pt/> (separador Documentação metodológica; tema “Mercado de Trabalho”).

¹³ Para mais informações, consulte a “Nota metodológica sobre a revisão dos dados do Inquérito ao Emprego: o contexto da pandemia COVID-19”, divulgada em 8 de novembro de 2023 juntamente com o [Destaque relativo às Estatísticas do Emprego do 3.º trimestre de 2023](#).

ALGUNS CONCEITOS

Empregado: indivíduo com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado);
- tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava ao serviço;
- estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Desempregado: indivíduo com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores);
- estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

Trabalhador por conta própria: indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Educação formal: educação intencional, institucionalizada e planeada que se materializa em oferta de educação e formação, confere certificação escolar ou dupla certificação, apresenta uma sucessão progressiva de níveis de escolaridade e é ministrada por entidades públicas ou privadas reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes em matérias de educação e formação.

Educação não-formal: educação intencional, institucionalizada e planeada, que constitui um acréscimo e/ou um complemento à educação formal no contexto do processo de aprendizagem ao longo da vida, conferindo um certificado de frequência, mas não um nível de escolaridade.

Data do próximo destaque - 24 de fevereiro de 2027
